

**A. I. Nº** - 209481.0003/05-7  
**AUTUADO** - R. FERREIRA MÓVEIS LTDA.  
**AUTUANTE** - EDISON ALVES MARINHO  
**ORIGEM** - INFAZ ILHÉUS  
**INTERNET** - 23/05/2013

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0119-03/13**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. **b)** RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Autuado comprova recolhimento do imposto exigido na primeira infração, conforme revisão efetuada pela autuante, e ficou reduzido o valor originalmente apurado na infração 02. Retificado o percentual da multa aplicada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 10/01/2005, refere-se à exigência de R\$1.139,34 de ICMS, acrescido da multa de 50%, em decorrência das seguintes infrações:

Infração 01: Falta de recolhimento do ICMS por antecipação, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de fora do Estado, no mês de agosto de 2004. Valor do débito: R\$447,90. Multa de 50%.

Consta a observação de que se trata de Antecipação Parcial incidente sobre as Notas Fiscais de números 533899 e 2199, emitidas em agosto de 2004.

Infração 02: Recolhimento efetuado a menos do ICMS por antecipação, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de fora do Estado, nos meses de março, maio, junho e julho de 2004. Valor do débito: R\$691,44. Multa de 50%.

Consta a observação de que se trata de diferença apurada nos recolhimentos da Antecipação Parcial, nos meses de março, maio, junho, julho e agosto de 2004.

O autuado apresentou impugnação às fls. 88/89, alegando que em relação à infração 01, o recolhimento foi efetuado no prazo legal, considerando que as mercadorias foram recebidas no dia 10/09/2004 e os documentos fiscais foram emitidos em 27/08/2004 e 30/08/2004, por empresa instalada em Joinville – Santa Catarina e Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul, e pela distância, não poderia o defendente efetuar o pagamento do imposto na mesma data de emissão dos documentos fiscais. Diz que junta aos autos os comprovantes de recolhimento por meio de parcelamento, com vencimentos em 25/10, 25/11 e 27/12/2004.

Quanto à infração 02, alega que com base nas instruções da Secretaria da Fazenda, os cálculos estão corretos, conforme planilha que acostou aos autos. Salienta que na relação de Notas Fiscais do Auto de Infração, referente ao mês de março, quanto à NF 519873, o autuante lançou o valor de R\$473,03, no quadro despesas, que não consta no documento fiscal, e o valor de R\$101,74 referente ao IPI que já é somado ao valor total da Nota Fiscal, havendo duplicidade de somatório. Pede a improcedência do presente Auto de Infração.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 131/132 dos autos, dizendo que em relação à infração 01, foi o autuado quem apresentou os documentos objeto da autuação como se fossem relativos ao período fiscalizado (até agosto de 2004). Entende ser razoável a alegação defensiva, tendo em vista se tratar de mercadorias despachadas no final do mês de agosto (dias 27 e 30), oriundas do Estado de São Paulo que, certamente, devem ter ingressado neste Estado no mês seguinte.

Quanto à infração 02, informa que no mês de março, na planilha apresentada pelo defendente consta apenas a NF 519783 e o autuado alega que houve duplicidade de somatório quanto ao IPI. Diz que não assiste razão ao autuado em relação ao valor do IPI, mas que houve erro quanto ao lançamento no quadro de despesas, que não existem. Fazendo a retificação, o débito apurado no mês de março para a ser de R\$88,70.

Sobre o mês de maio, afirma que o imposto das notas fiscais citadas pelo autuado foi corretamente calculado no levantamento fiscal, inclusive da NF 2164, que o defendente alega ter sido objeto de devolução, mas constou no DAE quitado relativo ao mês em referência, e pode ser objeto de pedido de restituição.

Em relação ao mês de julho, o autuante reconhece o direito do autuado à compensação da devolução das mercadorias constantes na NF 000696, no valor de R\$1.508,26, cujo documento somente depois da autuação é que foi apresentado pelo autuado, devendo ser deduzido o valor de R\$147,71, ficando o débito apurado para R\$20,88.

Quanto ao mês de julho, diz que a planilha apresentada pelo autuado faz referência a apenas três Notas Fiscais de compras, mas os cálculos no levantamento fiscal estão corretos.

Finaliza pedindo a procedência do Auto de Infração, exceto naquilo que foi reconhecido como improcedente.

O defendente foi intimado da informação fiscal e se manifestou à fl. 135, dizendo que ratifica todos os fundamentos e pedidos apresentados na defesa inicial.

Em 01/06/2004 esta 3ª Junta de Julgamento Fiscal encaminhou o presente processo em diligência (fl. 142) solicitando que o autuante refizesse o demonstrativo às fls. 08 a 11, indicando por documento fiscal os valores relativos às despesas, considerando os valores constantes nos documentos fiscais e deduzisse os recolhimentos comprovados pelo autuado.

Se houvesse mudança dos valores exigidos, que fosse intimado o defendente a tomar conhecimento da informação fiscal e dos novos demonstrativos, concedendo-se o prazo de trinta dias para se manifestar, querendo.

Em cumprimento ao solicitado, o autuante prestou nova informação fiscal à fl. 145, dizendo que a planilha anterior foi elaborada pela Agente de Tributos Estaduais Nájara Cristina Sena Gomes, durante a operação Malha Fiscal. Reconhece que a mencionada planilha encontrava-se confusa e com vários equívocos, tendo em vista que incluía, a título de “outras despesas”, valores de fretes duvidosos, desprovidos de qualquer prova, além de incluir valores adicionais, inclusive IPI, que faziam parte dos valores totais constantes nos documentos fiscais. Informa que em relação à infração 01, reconhece a improcedência total da exigência fiscal, conforme já se manifestou à fl. 131 do PAF.

Quanto à infração 02, informa que foi elaborada nova planilha, ficando reduzido o débito apurado, nos seguintes valores: março/2004: R\$26,99; maio/2004: R\$5,97; junho/2004: R\$76,95 e julho/2004: 0,00. Juntou novo demonstrativo às fls. 146 a 148 do PAF.

## **VOTO**

O primeiro item do presente Auto de Infração trata da falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de fora do Estado, no mês de agosto de 2004.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96, sendo devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização.

O autuado alegou que o recolhimento foi efetuado no prazo legal, considerando que as mercadorias foram recebidas no dia 10/09/2004 e os documentos fiscais foram emitidos em 27/08/2004 e 30/08/2004, por empresa instalada em Joinville – Santa Catarina e Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul, e pela distância, não poderia o defendente efetuar o pagamento do imposto na mesma data de emissão dos documentos fiscais. Diz que junta aos autos os comprovantes de recolhimento por meio de parcelamento, com vencimentos em 25/10, 25/11 e 27/12/2004.

De acordo com o demonstrativo elaborado à fl. 08 do PAF, o imposto foi exigido em relação às Notas Fiscais de números 533899 e 2199, e o autuado juntou às fls. 124/126, cópias dos DAEs, incluindo os mencionados documentos fiscais. Disse que os comprovantes apresentados se referem ao recolhimento efetuado por meio de parcelamento, com vencimentos em 25/10, 25/11 e 27/12/2004.

Na informação fiscal às fls. 131/132 dos autos, o autuante acatou a alegação defensiva, dizendo que as mercadorias foram despachadas no final do mês de agosto (dias 27 e 30), oriundas da região Sul do Brasil e, certamente, devem ter ingressado neste Estado no mês seguinte.

Assim, após a impugnação apresentada pelo autuado e a informação fiscal prestada pelo autuante, inexistente lide a ser decidida, sendo insubsistente a exigência deste item da autuação fiscal.

Infração 02: Recolhimento efetuado a menos do ICMS a título de antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de fora do Estado, nos meses de março, maio, junho e julho de 2004. Demonstrativo às fls. 09/10 dos autos.

O defendente alegou que no levantamento fiscal foram considerados indevidamente valores relativos a outras despesas que não constam nos documentos fiscais, e que o valor referente ao IPI já é somado ao total da Nota Fiscal, havendo duplicidade de somatório pelo autuante.

O relator anterior deste PAF constatou que não havia possibilidade de identificar a origem das outras despesas cujos valores foram considerados no levantamento fiscal. Por isso, esta JJF determinou a realização de diligência para refazimento dos demonstrativos, indicando por documento fiscal os valores relativos a outras despesas, juntando aos autos os respectivos

Na informação fiscal prestada à fl. 145 o autuante reconhece que a planilha original do Auto de Infração encontra-se confusa e com vários equívocos, tendo em vista que incluía, a título de “outras despesas”, valores de fretes duvidosos, desprovidos de qualquer prova, além de incluir valores adicionais, inclusive IPI, que faziam parte dos valores totais constantes nos documentos fiscais.

Na mencionada informação fiscal, o autuante informou que foi elaborada nova planilha, ficando reduzido o débito apurado, nos seguintes valores: março/2004: R\$26,99; maio/2004: R\$5,97; junho/2004: R\$76,95 e julho/2004: 0,00, conforme fls. 146 a 148 do PAF.

Vale salientar que o defendente foi intimado da informação fiscal e dos novos demonstrativos, conforme intimação e Aviso de Recebimento às fl. 149/150 dos autos, e não foi apresentada qualquer contestação.

Acatando a revisão efetuada pelo autuante, concluo pela subsistência parcial deste item deste item da autuação, no valor total de R\$109,91.

Quanto à multa indicada na infração 02, observo que foi consignado o percentual de 50%, com base no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96. Entretanto, apesar de não haver

multa específica para a falta de recolhimento da antecipação parcial, à época dos fatos, a alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96 previa a multa de 60% para todo e qualquer caso em que se configurasse infração diversa das expressamente previstas nos demais tópicos do art. 42 que importasse descumprimento de obrigação tributária principal, não havendo dolo. Assim, de acordo com o mencionado dispositivo legal (a alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96) deve ser retificada a multa para 60%, salientando-se que este tem sido o entendimento no âmbito do CONSEF.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, conforme quadro abaixo:

DATA DE OCORRÊNCIA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR DO DÉBITO R\$
31/03/2004	25/04/2004	26,99
31/05/2004	25/06/2004	5,97
30/06/2004	25/07/2004	76,95
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>109,91</b>

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **209481.0003/05-7**, lavrado contra **R. FERREIRA MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$109,91**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de maio de 2013

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - JULGADOR